

## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SAÚDE E EDUCAÇÃO: CONCEITO DE HUMANIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS

## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SALUD Y EDUCACIÓN: CONCEPTO DE HUMANIZACIÓN EN LA FORMACIÓN DE ENFERMEROS

## PUBLIC POLICIES FOR HEALTH AND EDUCATION: CONCEPT OF HUMANIZATION IN THE TRAINING OF NURSES

Sandra Lúcia Ferreira<sup>1</sup>  
07sandraferreira@gmail.com

Raul Claudio Choquehuanca Condori<sup>2</sup>  
raulcondorio@gmail.com

Fernanda Evelin Camarço de Souza<sup>3</sup>  
fernandaevelin@gmail.com

### RESUMO

Este artigo é um recorte de pesquisa e tem por objetivos explorar o conceito de “Humanização”, expresso nas políticas públicas orientadoras das áreas da Saúde e da Educação e compreender como estudantes, em processo de formação (graduação), convivem, ou não, com esse conceito em suas Instituições de Educação Superior (IES). A compreensão de processos de formação humanizada exigiu a eleição de uma metodologia proposta que se definiu pela análise documental, realizada pela exploração da literatura pertinente, das normativas oficiais, e da análise de questões das provas aplicadas pelo Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade) dos anos 2004, 2007, 2010 e 2013, quando foram explorados 103 itens específicos da área de Enfermagem, categorizando-os segundo indicadores de qualidade – Acolhimento, Autonomia e Competências técnicas – proferidos nas diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH) em relação à formação do(a) Enfermeiro(a). A presença ou ausência das categorias descritas — indicaram aspectos da humanização nos processos formativos dos(as) enfermeiros(as) indicando que a elaboração das questões do Enade foi influenciada pelas orientações propostas pelas Políticas Públicas de Saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE/EDUCAÇÃO; FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS(AS); POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO; ENADE.

---

1 Universidade Cidade de São Paulo

2 Faculdade de São Paulo

3 Universidade Cidade de São Paulo

## ABSTRACT

This article is a piece of research and aims to explore the concept of “Humanization”, expressed in the guiding public policies of the areas of Health and Education and to understand how students, in the process of formation (undergraduate), live or not with this concept in their Higher Education Institutions (HEIs). Understanding humanized training processes required the election of a proposed methodology that was defined by documentary analysis, conducted by exploring the relevant literature, official regulations, and the analysis of questions of tests applied by the National Student Performance Exam (Enade) from 2004, 2007, 2010 and 2013, when 103 specific items from the Nursing area were explored, categorizing them according to quality indicators - Reception, Autonomy and Technical Skills - given in the National Humanization Policy (PNH) guidelines in relation to the formation of the nurse. The presence or absence of the described categories — indicated, aspects of humanization in the formative processes of nurses, indicating that the elaboration of the Enade questions was influenced by the guidelines proposed by the Public Health Policies.

**KEYWORDS:** PUBLIC HEALTH/EDUCATION POLICIES; NURSES TRAINING; NATIONAL HUMANIZATION POLICY; ENADE.

## RESUMEN

Este artículo es un recorte de búsqueda y tiene como objetivo explorar el concepto de “Humanización”, expresado en las políticas públicas orientadoras de las áreas de Salud y Educación y comprender cómo los estudiantes, en el proceso de formación (pregrado), viven o no con este concepto en sus Instituciones de Educación Superior (IES). La comprensión de los procesos de capacitación humanizados requirió una elección de una metodología propuesta que se definió mediante un análisis documental, realizada mediante la exploración de la literatura relevante, las regulaciones oficiales y el análisis de preguntas de las pruebas aplicadas por el Examen Nacional de Desempeño Estudiantil (Enade) de los años 2004, 2007, 2010 y 2013, cuando se exploraron 103 artículos específicos del área de Enfermería, categorizándolos de acuerdo con los indicadores de calidad - Recepción, autonomía y habilidades técnicas - que figuran en las directrices de la Política Nacional de Humanización (PNH) en relación con formación de la enfermera. La presencia o ausencia de las categorías descritas indicaron aspectos de humanización en los procesos formativos de las enfermeras, lo que indica que la elaboración de las preguntas de Enade estuvo influenciada por las pautas propuestas por las Políticas de Salud Pública.

**PALABRAS-CLAVE:** POLÍTICAS DE SALUD PÚBLICA/EDUCACIÓN; ENTRENAMIENTO DE ENFERMERAS; POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZACIÓN; ENADE

## INTRODUÇÃO

A formação do(a) enfermeiro(a) prescinde de um olhar sensível, capaz de compreender diferentes especificidades, as quais exigem competências que vão além dos conhecimentos técnicos formais, muito estimulados nos currículos dos cursos de enfermagem. Essas competências estão associadas aos processos relacionais por meio de: professor x estudante, enfermeiro x paciente, enfermeiro x família, enfermeiro x coletividade, dentre outros indissociáveis da ação de ser, estar e cuidar de pessoas que necessitam de diferentes níveis de atenção.

Por outro lado, ainda para justificar o diferencial de uma formação profissional, o(a) enfermeiro(a) tem responsabilidades na formação e no desenvolvimento das equipes de enfermagem, percorrendo sobre procedimentos e cuidados a serem realizados para e com os pacientes, tendo em vista que cada um deles é considerado único. Nesse sentido, o(a) profissional de Enfermagem necessita ter competências que articulem o acolhimento das pessoas, a autonomia para a tomada de decisões e o conhecimento científico teórico e prático.

Para encaminhar de maneira adequada o desenvolvimento dos processos formativos na graduação, compreendendo suas demandas, além dos conteúdos programáticos das disciplinas básicas, são também ministradas as seguintes disciplinas complementares: Anatomia, Biologia, Bioquímica, Parasitologia, Microbiologia, Psicologia aplicada à Saúde, Ética, Cidadania, Antropologia Filosófica, Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Pediatria, Relacionamento Interpessoal, Sustentabilidade, Sociologia, Administração em Enfermagem, Saúde Coletiva, Saúde Mental etc.

Diante do exposto, pensar a formação do(a) enfermeiro(a) é uma exigência, já anunciada por diferentes autores como Madeira (2007), Acioli (2008) e Carvalho (2010), expondo o imperativo de formar e conscientizar os diferentes atores que compõem o cenário da Saúde, reconhecendo demandas da gestão compartilhada para o cuidar, das relações que implicam trocas solidárias, do processo de formação que origina o protagonismo necessário para os processos de transformação e da inseparabilidade da ação e gestos humanitários.

Tendo em vista as exigências da sociedade, que incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, e do mercado de trabalho, que obedece e estabelece obrigações dos governos, - todos merecem esses direitos, sem discriminação, junto às políticas públicas de saúde. Em atenção a essas exigências, foi implantado o Sistema Único de Saúde (SUS), para o qual a formação dos profissionais de saúde sofreu um impacto. Uma visão mais humanizada, focada nos preceitos éticos, bioéticos e de tomadas de decisão, precisou ser incluída nos cursos de graduação e, em especial, de Enfermagem. Nesse sentido,

este artigo explora o conceito de “Humanização”, expresso nas políticas públicas orientadoras das áreas da Saúde e sua influência em aspectos da formação dos enfermeiros por meio da orientação normativa para os currículos escolares, incluindo-se as matrizes do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Levando em consideração os aspectos apresentados, a metodologia proposta se constituiu pela apreciação crítica detalhada dos documentos normativos como a Política Nacional de Humanização e pela análise curricular, realizada por meio das matrizes e provas aplicadas pelo Enade nos anos de 2004 (25 questões); 2007 (26 questões); 2010 (26 questões) e 2013 (26 questões), as quais permitiram explorar em sua totalidade 103 questões, considerando um conjunto de categorias da Política Nacional de Humanização (PNH) que foram assim definidas: Acolhimento, Autonomia e Competências.

A amplitude conceitual, associada ao termo Humanização, foco deste estudo, provoca a exploração de diferentes significados – relações humanas, aprendizagem, cultura, formação, dentre outros – o que, segundo Castel (2000), acaba por encobrir a especificidade de cada uma, e, ao não desconstruir o seu objeto, impossibilita o trabalho de investigação e a análise dos conteúdos que abrange.

As explorações bibliográficas e normativas foram baseadas nas características constituintes da Política Pública de Educação com destaque para o Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES). No campo da Saúde, explorou-se o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Política Nacional de Humanização (PNH), destacando seus valores e princípios com seus objetivos sociais voltados à cidadania e democracia.

## A HUMANIZAÇÃO NA SAÚDE/EDUCAÇÃO

Quando se explora a palavra Humanização, encontra-se com frequência uma associação aos processos de evolução do homem, que por dinâmica social/ cultural/ histórica/ biológica, amplia e aperfeiçoa competências /conhecimentos /habilidades por meio da interação com o meio em que vive. Para conceituar o termo “Humanização” buscamos o significado, na própria língua portuguesa: humanização significa humanar; inspira humanidade; adoçar; suavizar; civilizar; tornar-se humano; benévolo; afável [...].(FERREIRA, 1999). Esses valores são particularidades humanas, que podem ser demonstrados por meio de atitudes, em diferentes áreas de conhecimento: Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas, dentre outras.

Segundo o PNH, a humanização é também entendida como valor, na medida em que resgata o respeito à vida humana. Abrange circunstâncias sociais, éticas, educacionais e psíquicas presentes em todo relacionamento humano. Esse valor é definido em função de seu caráter complementar aos aspectos técnico-científicos

que privilegiam a objetividade, a generalidade, a causalidade e a especialização do saber. (BRASIL, 2011).

Entretanto, ainda não há consenso quanto à compreensão da necessidade do referido conceito como um articulador de ações presentes em nosso cotidiano. Em muitos casos, as demandas que exigem procedimentos técnicos suplantam os processos de humanização. O que se pode afirmar é que, em especial, nas áreas de Saúde Humana e da Educação, a valorização de processos humanísticos se destaca historicamente como importante foco por grande parte dos atores envolvidos (profissionais da área e pacientes/alunos). Isso porque nessas áreas o processo relacional, que se caracteriza por prestar e receber atendimento, busca, por virtude, acolher/receber ações intencionais para o encaminhamento de demandas esboçando, nessa dinâmica, o que poderia ser chamado de “qualidade”. Tal dinâmica oferece movimento também às Políticas Públicas em Saúde e Educação, que são mantidas em constante processo de reorganização.

Um ponto de aproximação aos princípios/valores de inspiração humanista entre as áreas da Educação e da Saúde pode ser encontrado por meio da análise comparativa entre as Metas propostas para o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e o glossário que conceitua os 4 (quatro) princípios do SUS, expressos na Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão do SUS, ou seja, em ambos os documentos é possível identificar quatro valores associados aos processos de humanização. São eles: a universalidade, a integralidade, a equidade e a participação social.

A universalidade está associada à garantia de Saúde e Educação para todos(as) os(as) brasileiros(as) sem exceção ou discriminação de acesso aos serviços de Saúde oferecidos pelo SUS e pelas redes de Educação (federal, estadual e municipal). A integralidade é um princípio fundamental e tal conceito parte da ideia de várias dimensões que envolvem a Saúde e Educação do indivíduo e da coletividade integrando diferentes ações e instituições com um único propósito. A equidade busca tratar as diferenças como igualdade. Dessa forma, esse princípio veio ao encontro de questões de acesso aos serviços de Saúde e da Educação que eram prejudicados pela desigualdade social entre os indivíduos devido a fatores socioeconômicos. E, por fim, a participação social diferencia a compreensão do trabalho para as duas áreas compreendendo, como princípio, a dinamicidade dos processos relacionais que só pode ser delimitada e compreendida na medida em que cada agrupamento, que desfruta dos serviços propostos por uma Instituição social, tem possibilidade de participar expondo seus desejos e expectativas.

## POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO

Para atingir o objetivo de explorar o conceito de “Humanização”, expresso nas políticas públicas orientadoras das áreas da Saúde e Educação, bem como compreender como estudantes, em processo de formação, convivem, ou não, com esse conceito em suas Instituições de Educação Superior (IES), o estudo se propôs explorar e analisar aspectos de políticas públicas, constituintes do campo de intersecção entre as áreas de Educação e Saúde. Para tanto, a organização metodológica da pesquisa dividiu-se em momentos que, apesar de distintos, se integram por meio das seguintes propostas de ação: Realização de análise documental que constitui uma técnica da pesquisa qualitativa, realizada em fontes como projetos de Lei, ofícios, discursos, informativos a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos. Documentação que permita recuperar as práticas pedagógicas para a formação do educador. Na Educação será explorada a Lei de Diretrizes de Base do Ensino Nacional (LDB), que define e regulariza a organização da Educação brasileira com base na constituição, ajudando a visualizar como a LDB tem contribuído na Educação superior no Brasil. Na área de Saúde será explorada a Lei nº 8.080/90 que trata do Sistema Único de Saúde e suas diretrizes (Universalidade, Equidade e Integralidade), a Política Nacional de Humanização (PNH), fortalecida pela Política Nacional de Promoção à Saúde, (Portaria GM N. 2.446, de 11 de novembro de 2014); Análise curricular foi realizada por meio do seguinte documento: Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade), que compreende o estudo da estrutura da Matriz Curricular proposta para a elaboração das provas do Enade, aplicadas nos anos, 2004, 2007, 2010, 2013 na qual foram explorados 103 itens específicos, que permitiram observar se em tais itens encontramos categorias com abordagem “humanizada” para os concluintes do Curso de Graduação em Enfermagem.

### DIRETRIZES DO ENADE: ESTRUTURA E INDICADORES – RELAÇÃO COM AS CATEGORIAS DO PNH

A análise curricular para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizada por meio do Enade que avalia os estudantes dos cursos de graduação no âmbito específico de sua profissão, aferindo o seu desempenho em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, cujo desempenho dos estudantes é expresso por meio de conceitos. Com base nesse exame, inicialmente foi realizado o levantamento das questões de múltipla escolha específicas do curso de graduação de Enfermagem dos anos 2004, 2007, 2010 e



2013, com a perspectiva de obter um recorte mais apurado dos dados. Assim, foram escolhidas dez questões aleatoriamente dos quatro anos do Enade que permitiu discriminar o número da questão, a questão propriamente dita e a resposta correta, além das exigências do Enade como: Competências/Habilidades aferidas, Índice de Facilidade/dificuldade e Índice e Discriminação – desenvolvidos para análises de questões objetivas – e Diretrizes do PNH.

## DIRETRIZES DO PNH

A humanização exige o reconhecimento e a aproximação ao campo das subjetividades como instância basilar para a melhor compreensão dos problemas e para a busca de soluções compartilhadas. São valores que exemplificam esse processo de humanização associado à profissão, no caso deste estudo, a profissão de enfermeiro(a), o acolhimento e a valorização do trabalhador, considerando descritores observáveis deste último, a autonomia, as competências técnicas e o comportamento solidário.

Tais valores foram definidos levando-se em consideração as diretrizes do PNH (Acolhimento e Valorização do trabalhador: Autonomia e Competências Técnicas) e as especificidades de um trabalho avaliativo, do tipo Enade (em grande parte composto por itens objetivos), considerando-se suas especificidades técnicas.

Acolhimento – Capacidade/coeficiente de acolhida/acatamento das demandas e necessidades como pressuposto básico do contrato entre unidade de saúde/equipes e usuário e sua rede sociofamiliar; – Pressuposto – rede básica (complexa) é a porta de entrada preferencial do sistema: sistema de porta aberta + aumento da capilaridade pelo aumento das ofertas terapêuticas (consultas, atividades de grupos, procedimentos de ambulatório, visitas, atividades comunitárias e intersetoriais etc.) (BRASIL, 2006, p. 49); Valorização do Trabalhador – É importante dar visibilidade à experiência dos trabalhadores e incluí-los na tomada de decisão, apostando na sua capacidade de analisar, definir e qualificar os processos de trabalho. A Valorização do Trabalhador foi subdividida em:

- Autonomia (protagonismo) – Autonomia como capacidade de agir deliberada, produzida pelas capacidades de cada um, de seus desejos, interesses e necessidades; Relativa porque toda autonomia resulta também da confluência de elementos e definições de outros planos, desde o inconsciente, passando pelo acaso, indo até o plano das determinações socioeconômicas, políticas e culturais; Ministério da Saúde 52 • Resulta, assim, de um plano singular entre a vontade do sujeito e as forças que sobre ele agem no plano da História e Competência técnica, consideradas dimensões aferidas possíveis de serem investigadas por meio da análise dos itens das provas do Enade (BRASIL, 2006, p. 51).

- Competência Técnica (saber fazer) – A noção de qualidade do trabalho em saúde compõe-se tanto da competência técnica quanto da competência para interagir, isto é, para se relacionar.

O Quadro 1, a seguir, sintetiza os procedimentos de análises para explorar as informações contidas nos exames aplicados com vistas a encontrar pistas para que se possa demarcar respostas às questões desta pesquisa, ou seja, o que os estudantes de enfermagem, em processo de formação, expressam, por meio de seus exames, o que sabem e são capazes de fazer quanto ao que aprendem na Instituição de Educação Superior (IES).

Quadro 1 - Modelo de quadro para aferir as Competências/habilidades de Enfermagem exigidas pelas questões do Enade para relacionar com as Categorias do PNH

Nº	Descrição da Questão	Gabarito	Habilidades Aferidas pelas provas	Índice de Facilidade/dificuldade	Índice de Discriminação	Diretrizes do PNH
X	Questão do Enade	Resposta da questão do Enade	Habilidades e procedimentos descritos para a prova	Análise do grau de facilidade ou dificuldade da questão	Discriminação do desempenho	1) <i>Acolhimento</i> 2) <i>Valorização do trabalhador:</i> 2.1 Autonomia Competências Técnicas

Fonte: elaboração das autoras

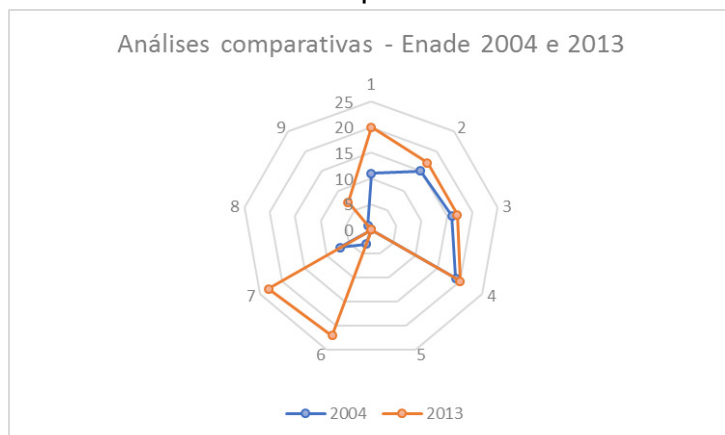
## ANÁLISES E RESULTADOS

Os dados indicaram que, na medida em que as políticas públicas vêm se modificando, a forma de cuidar e de ensinar também se modifica, acompanhando as demandas relacionadas à Educação e Saúde. Com a implementação das ações do SUS, apesar de inúmeras discussões no âmbito científico e social, a Educação recebeu forte influência por meio da consolidação da assistência integral à saúde, que implica na adoção de práticas que destacam o cuidado como campo privilegiado de atuação profissional.

A ênfase a algumas competências/habilidades, em detrimento de outras, destacadas no percurso traçado desde 2004, indica essa influência. O *Gráfico 1*, a seguir, ilustra as modificações/permanências em relação às habilidades/competências mais valorizadas nas provas do Enade.



Gráfico 1 – Análises comparativas de habilidades/competências, Enade 2004 e 2013.



Fonte: elaboração pelas autoras

O Gráfico 1 identifica que em 2004 a prova do Enade voltou-se de forma mais intensa para a atuação no processo de humanização destacando, com maior número, itens que pudessem medir a competência/habilidade dos respondentes em relação ao prestar cuidado (16 itens que contêm essa competência/habilidade), à gerência do cuidar (19 itens que contêm essa competência/habilidade) e à atuação no processo de cuidar em enfermagem (15 itens que contêm essa competência/habilidade).

Em 2013, a prova ampliou o foco para a Valorização Profissional, investindo em itens capazes de aferir a autonomia do(a) enfermeiro(a), buscando informações sobre o saber fazer voltado para identificar necessidades educativas da população e promover ações de educação e saúde (22 itens que contêm essa competência/habilidade), bem como desenvolver práticas investigativas em situação-problema de saúde e enfermagem (23 itens que contêm essa competência/habilidade).

Também relacionamos as questões do Enade (2004 e 2013) com as categorias Acolhimento, Autonomia e Competência técnica, diretrizes da PNH para poder identificar qual a maior ou menor predominância. A proposta foi medir diferenças/predominâncias de dois processos de aplicação – inicial 2004 e final 2013. O Quadro 2, a seguir, oferece informações relacionadas às diretrizes do PNH associadas às competências/habilidades aferidas nos itens aplicados nos referidos Enades.

## Quadro 2 - Análise das Questões Enade (2004 e 2013) com relação às categorias do PNH com diferentes predominâncias

DIRETRIZES DO PNH	Enade 2004	Enade 2013
Acolhimento	Maior predominância (52%)	Menor predominância (4%)
Autonomia	Menor predominância (12%)	Média predominância (8%)
Competência técnica	Média predominância (36%)	Maior predominância (88%)

Fonte: elaboração pelos autores

A análise do Quadro 2 indica que a cada prova do Enade, realizadas trianualmente no Curso de Enfermagem, as questões de humanização estão presentes, no sentido de acolhimento, respeitando as políticas públicas de saúde, as competências técnicas que o profissional de enfermagem adquire durante sua formação e que, por sua vez, respeitam as políticas de educação e saúde e, por último, autonomia, que permite ter a capacidade da escolha, decisão por si para si e para todos, não esquecendo os valores e a liberdade, que não pode ser confundida com autossuficiência.

Desse modo, pode-se afirmar que as questões do Enade questionam fatores humanizados com maior ou menor predominância, junto às competências técnicas da PNH, exigências que nada mais são que as competências do enfermeiro durante sua formação.

Os dados chamam a atenção para um processo de inversão de valorização dos aspectos mais destacados nas composições das provas. Nesse sentido pode-se afirmar que inicialmente (2004) havia uma ênfase maior nas diretrizes da PNH, voltadas para o acolhimento. Em 2013, essa ênfase voltou-se para aspectos mais relacionados às competências técnicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa indicam que cursos de Enfermagem, desde seu surgimento, têm suas revisões/aperfeiçoamentos incentivados por questões políticas e da gestão que tem, atualmente, orientações definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais em Enfermagem (DCN/ENF) – RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 3/2001 – que colocam ênfase na formação dos profissionais voltada para a assistência hospitalar e de saúde pública. No entanto, podemos constatar que esses profissionais também exercem a função de docentes. Porém, para o cumprimento dessa tarefa, percebe-se que uma grande parte dos(as) enfermeiros(as) docentes não recebem em seus processos formativos preparação pedagógica para o exercício do trabalho em sala

de aula. Nesse sentido, podemos afirmar que a ausência de formação pedagógica indica um comprometimento no exercício da formação de futuras gerações desses profissionais.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou valorizar o que está expresso nas DCN/ENF, no art. 6º, Inciso III, alínea “d”, que afirma que há uma expectativa do poder público em relação ao processo de capacitação pedagógica do(a) enfermeiro(a) que deve existir para além da formação na modalidade de Licenciatura em Enfermagem. Como já dito na introdução deste trabalho, a formação do(a) enfermeiro(a) necessita de um olhar sensível, capaz de compreender diferentes especificidades, as quais exigem competências que vão além dos conhecimentos técnicos formais, muito estimulados nos currículos dos cursos de enfermagem. Essas competências estão associadas aos processos relacionais por meio de: professor x estudante, enfermeiro x paciente, enfermeiro x família, enfermeiro x coletividade, dentre outros, indissociáveis da ação de ser, estar e cuidar de pessoas que necessitam de diferentes níveis de atenção.

Além do aspecto exposto, esta pesquisa também denotou preocupação em investigar aspectos da formação do enfermeiro(a), explorando a presença do conceito de “Humanização”, expresso também nas políticas públicas orientadoras das áreas da Saúde e Educação, normativas e currículos escolares (matrizes do Enade). Buscamos compreender como estudantes em processo de formação, convivem, ou não, com esse conceito em seus processos formativos, identificados pelos resultados dos exames nacionais.

A Humanização, compreendida por meio de um conjunto de diretrizes da PNH, inscreve-se como conceito que procura descrever, atuar, prestar cuidado, intervir e produzir realidade, e surge assentada no paradigma ético/político em busca de uma proposta conciliadora com o paradigma científico. Isso pode ser justificado pela presença de diferentes competências/habilidades – Acolhimento, Autonomia e Competência Técnica – em todos os exames nacionais nas aplicações previstas para 2004, 2007, 2010 e 2013.

A busca por um olhar atento coloca a atenção na formação de enfermeiro(a) voltada para Valores e Conceitos Éticos e Morais, exigências que se adaptam a novas demandas, reestruturando atitudes tradicionais que possibilitem um repensar de si próprios como sujeitos humanizados, não possibilitando a presença de ações moralistas, sem analisar, sócio-historicamente, a enfermagem como processo de trabalho e as atuais políticas de recursos humanos em saúde, de modo a implementar projetos de capacitação e avaliação da força de trabalho da enfermagem.

Esse repensar sobre a formação profissional deveria criar espaços para

Pesquisar não só o bem do homem, mas também o bem das coisas extra-humanas, quer dizer, estender o reconhecimento dos “fins em si” além da

esfera do homem e fazer com que o bem deste inclua a responsabilidade para tais fins. (BELLINO,1997. p. 63).

No que se refere a esse ponto, esta pesquisa constatou que os exames nacionais estão valorizando aspectos, apesar de técnicos, mais voltados para o foco da Valorização Profissional, investindo em itens capazes de aferir também a autonomia do enfermeiro(a) por meio da busca de informações sobre o saber fazer, com vistas a identificar necessidades educativas da população e promover ações de educação e saúde, bem como desenvolver práticas investigativas em situação-problema de saúde e enfermagem.

Isso se justifica quando se encontram nas questões de provas aspectos cotidianos, itens situacionais, que exigem do respondente a compreensão de casos mais próximos às realidades vividas, aos problemas da contemporaneidade, aos princípios gerais abstratos associados a Valores/Ética. Assim, a exploração de diferentes situações permite modificar as velhas concepções e propor novas teorias, ao ponto de modificar a si mesmo(a), reestruturando sua condição biopsicossociocultural. (BELLINO,1997).

Para finalizar, podemos dizer que este trabalho mostra que as políticas públicas, apesar do esforço para implementar suas ações, ainda precisam de muitos incrementos. No que tange à ação dos(as) enfermeiros(as), existem pontos importantes a serem revisitados: Identificamos carência na Matriz Curricular em relação a itens que atendam às competências/habilidades de forma mais precisa. Identificamos também problemas associados à elaboração de questões, uma vez que, apesar de 51% do conjunto de 103 itens serem considerados como bom índice de discriminação, 49% desse mesmo conjunto foram considerados como marginais, sujeitos a reelaboração ou deficientes, indicando problema estrutural na elaboração dos exames.

Por outro lado, apesar dos limites do trabalho, temos a consciência de que o resultado deste estudo estimulará a construção de novos conhecimentos junto à coletividade e dará maior estímulo à pesquisa de futuros profissionais em formação nas áreas de Educação e Saúde.

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, Sonia. A prática educativa como expressão do cuidado em Saúde Pública. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 61, n. 1, p. 117-121, Fev. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672008000100019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672008000100019&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 01 agosto 2019.

BELLINO, Francesco. **Fundamentos da ética:** aspectos antropológicos, antológicos e morais. / Francesco Bellino; tradução: Nelson Souza Canabarro. - Bauru,SP:EDUSC,1997.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da Saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm)> Acesso em: agosto 2019.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução cne/ces nº 3, de 7 de novembro de 2001.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Disponível em : < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>> Acesso em agosto 2019.

\_\_\_\_Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Interessado: Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior UF: DF ASSUNTO: **Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição**, 2001. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf>> Acesso em: agosto 2019.

\_\_\_\_\_**Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004.** Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA\\_2051.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf)> Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS - Política Nacional de Humanização:** a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: < [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus\\_2004.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf)>. Acesso em agosto 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Relatório Síntese Enfermagem.** [S. l.], 2004. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/download/superior/enade/Relatorio/Relatorio\\_area\\_Enfermagem.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/enade/Relatorio/Relatorio_area_Enfermagem.pdf). Acesso em: ago. 2019.

\_\_\_\_\_.Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização (PNH): HumanizaSUS – Documento - Base. 3. ed.** Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Relatório Síntese Enfermagem**. [S. l.], 2007. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/download/enade/2007/relatorio\\_sintese/2007\\_REL\\_SINT\\_ENFERMAGEM.pdf](http://download.inep.gov.br/download/enade/2007/relatorio_sintese/2007_REL_SINT_ENFERMAGEM.pdf). Acesso em: ago. 2019.

BRASIL. **SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação** / [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. – 5. ed., revisada e ampliada – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009. 328 p. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/SINAES+-+Sistema+Nacional+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+Da+Concep%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+Regulamenta%C3%A7%C3%A3o+5a+ed+amp/d98724bf-b529-4a88-a5f9-e62b9d6f9ebc?version=1.4>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: visita aberta e direito a acompanhante** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 2. ed. 4. reimp. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 32 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <[http://www.redehumanizasus.net/sites/default/files/humanizasus\\_visita\\_aberta\\_direito\\_acompanhante\\_0.pdf](http://www.redehumanizasus.net/sites/default/files/humanizasus_visita_aberta_direito_acompanhante_0.pdf)> Acesso em: agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 4. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus\\_documento\\_gestores\\_trabalhadores\\_sus.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf). Acesso em agosto 2019

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Relatório Síntese Enfermagem**. [S. l.], 2010. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/relatorio\\_sintese/2010/2010\\_rel\\_sint\\_enfermagem.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2010/2010_rel_sint_enfermagem.pdf). Acesso em: ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488\\_21\\_10\\_2011.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html)> Acesso em: julho 2019.



\_\_\_\_\_. **Lei de diretrizes e Base da Educação nacional:** Lei nº 9.394 de 20.12.1996 (Lei Darcy Ribeiro) - Plano nacional de Educação: Lei nº 10.172, de 10 de janeiro de 2001 e legislação correlata e complementar / supervisão editorial Jair Vieira / 6. Ed. revista – autorizada – ampliada – São Paulo: EDIPRO, 2013. – (Série Legislação).

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de área Enade 2013 Enfermagem** [S. l.], 2013. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/relatorio\\_sintese/2013/2013\\_rel\\_enfermagem.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2013/2013_rel_enfermagem.pdf) Acesso em: ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação (PNE). **Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]** : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014.** Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446\\_11\\_11\\_2014.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html)> Acesso em: julho de 2019

CARVALHO, Simone Mendes; PAES, Graciele Oroski; LEITE, Josete Luzia. **Trabalho, Educação e Saúde na perspectiva das concepções de enfermeiros em atividade docente.** Trab. educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, Jun 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462010000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462010000100007)>. Acesso em: agosto de 2019.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita (Org.). **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUC, 2000

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI:** O dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MADEIRA, Maria Zélia de Araújo; LIMA, Maria da Glória Soares Barbosa. **A prática pedagógica das professoras de Enfermagem e os saberes.** Rev. bras. enferm., Brasília, v.60, n. 4, Ago. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672007000400008&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672007000400008&script=sci_abstract&lng=pt) > Acesso em: agosto de 2019.

## SOBRE OS AUTORES

SANDRA LÚCIA FERREIRA. Possui Mestrado (Currículo) e Doutorado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é docente/pesquisadora dos Programas de Mestrado Acadêmico em Educação e o Mestrado Profissional Formação de Gestores Educacionais da Universidade Cidade de São Paulo e neste último atua na Coordenação. É também professora convidada para exercer docência na UNESP, Instituto de Artes, nos cursos de Arte Terapia expressivas e Fundamentos da Cultura e das Artes lato sensu. É Pesquisadora associada do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade em Educação e ao Núcleo de Pesquisa Internacional em Representações Sociais - NEARS, PUC-SP. É líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Valores: as imagens que as políticas públicas revelam em relação aos Direitos Humanos e aos Processos de Humanização cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Encontra-se desenvolvendo um Pos-doc idealizado numa parceria entre a PUCSP e a University of Tunis El Manar, na Tunísia. Tem experiência na área da Educação, com ênfase em estudos de imagem e avaliação educacional, atuando principalmente junto aos seguintes temas: Imagens, representações sociais e avaliação educacional.

RAUL CLAUDIO CHOQUEHUANCA CONDORI. Mestre em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo (2017), sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Sandra Lúcia Ferreira. Atualmente é docente da Faculdade de São Paulo. Graduado em Enfermagem pela Universidade Bandeirante de São Paulo (2002), com Especializações em Gerenciamento de Unidades de Serviços de Enfermagem pela Universidade Santa Marcelina (2004) e em Docência do Ensino Médio, Técnico e Superior pelas Faculdades Pinhais (2009). Possui experiência em aulas para curso técnico, graduação e pós-graduação em Enfermagem, bem como na área assistencial da Enfermagem. Constantemente atualiza seus conhecimentos, com grande dedicação ao trabalho, apresenta bom relacionamento com colegas de trabalho e com alunos, elabora aulas dinâmicas e com visão interdisciplinar. Possui boa formação científica embasada em conhecimentos de várias metodologias científicas, participação de congressos e cursos de pós-graduação. ORCID - <https://orcid.org/0000-0002-3021-4734>

FERNANDA EVELIN CAMARÇO DE SOUZA. Psicóloga. Mestre em educação e professora no curso de Psicologia da Universidade Cidade de São Paulo.

RECEBIDO: 06/08/2019.

APROVADO: 11/08/2019.